

RENAUXVIEW

Têxtil Renauxview S/A

Demonstrações Financeiras Completas

2025



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2025.

A Administração informa, adicionalmente, que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

Desempenho Econômico Financeiro

O resultado bruto da Companhia foi maior que o do exercício anterior, apesar da redução da ROL, que decorreu de pequena redução de volume vendido.

O resultado econômico continua sendo muito impactado pelo serviço das dívidas financeiras e tributárias. O quadro demonstra os valores consolidados:

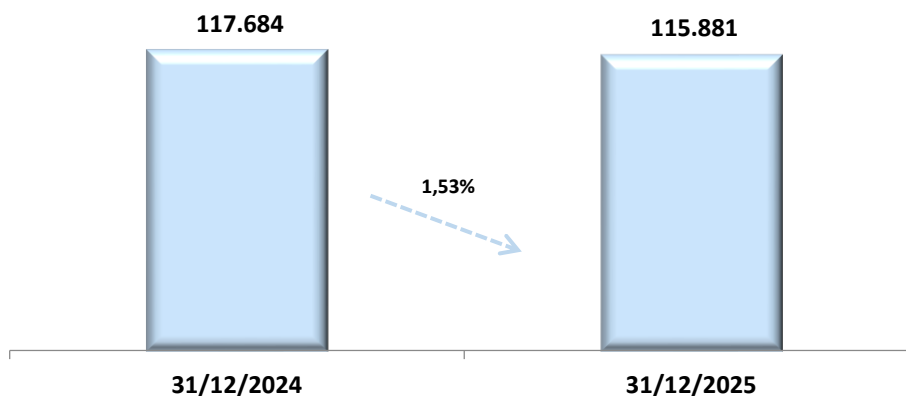
Descrição da Conta	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	115.881	117.684
Custo dos Produtos Vendidos	(91.321)	(95.462)
Resultado Bruto	24.560	22.222
Margem Bruta	21%	19%
(Despesas) Receitas Operacionais	(33.968)	(16.117)
Com vendas	(14.953)	(13.141)
Gerais e administrativas	(16.565)	(13.777)
Outras receitas operacionais	147	10.801
Outras despesas operacionais	(2.597)	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(9.408)	6.105
Resultado Financeiro Líquido	(47.535)	(45.566)
Receitas financeiras	2.171	688
Despesas financeiras	(49.708)	(46.254)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	(56.945)	(39.461)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(147)	15
Resultado Líquido do Exercício	(57.092)	(39.446)

Receita Líquida e CPV

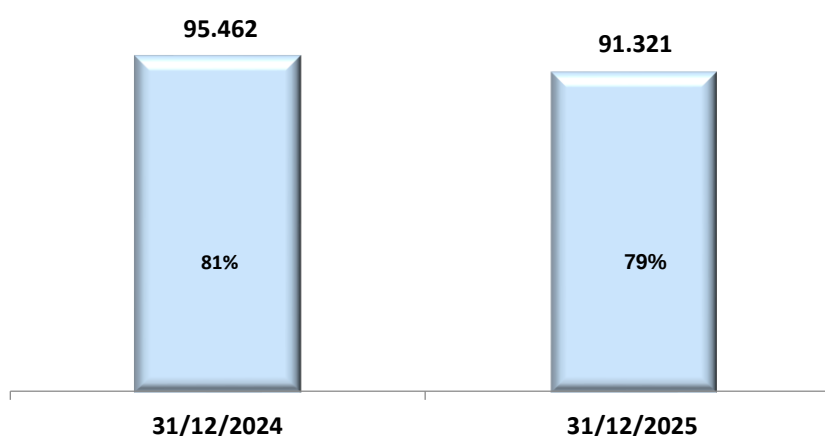
A Receita Operacional Líquida no exercício de 2025 (R\$ 115.881) foi 1,53% inferior à do ano de 2024 (R\$ 117.684). A queda se deve a uma pequena redução nos volumes vendidos, que foi parcialmente compensada pelo aumento nos preços médios praticados.

O CPV, que representava 81% da ROL, passou a representar 79%, reflexo dos ajustes na estrutura e também pela busca de insumos mais competitivos, sem perda na qualidade pela qual os produtos da empresa são amplamente reconhecidos.

ROL:



CPV:



Perspectivas

Para o exercício de 2026, a Companhia permanece inserida em um ambiente macroeconômico desafiador, caracterizado por taxas de juros elevadas, que impactam o custo de captação de recursos e a dinâmica de financiamento das operações. Adicionalmente, fatores externos, como tensões geopolíticas e seus potenciais reflexos sobre a cadeia global de suprimentos, podem influenciar os custos de insumos do setor têxtil. Por outro lado, tais movimentos também podem representar oportunidades para a indústria nacional, especialmente para empresas com estrutura produtiva consolidada no Brasil.

No âmbito comercial, a Companhia vem enfrentando mudanças estruturais relevantes no mercado, em especial em função da consolidação de grandes grupos varejistas, que têm ampliado a participação de produtos importados, inclusive por meio da internalização de peças de vestuário prontas, com consequente redução de volumes em segmentos tradicionais, tanto de tecidos quanto de confecções.

Em resposta a esse cenário, a Companhia desenvolveu ao longo de 2025 e passou a implementar no início de 2026 um conjunto de iniciativas estratégicas com foco na recomposição de receitas e na diversificação de mercado, destacando-se:

- (i) o lançamento de produtos inovadores, como o Jacquard Denim, com características diferenciadas e posicionamento único no mercado nacional;
- (ii) o lançamento da Coleção Jardim, ampliando a atuação no segmento infantil, até então pouco explorado pela Companhia;
- (iii) a estruturação de projetos voltados a novos segmentos, incluindo coleções perenes e cápsulas, com potencial de maior valor agregado, cujos desdobramentos serão apresentados ao longo do exercício de 2026; e
- (iv) contrato estruturado de distribuição com parceiro comercial independente, com o objetivo de ampliar sua presença em regiões estratégicas e fortalecer os canais de comercialização. O modelo adotado contempla, em sua fase inicial, fornecimento de produtos em regime de consignação, com posterior evolução para operações de compra e venda direta, permitindo maior eficiência na introdução dos produtos no mercado e redução de riscos comerciais na fase inicial de expansão. A parceria prevê a operação dedicada de ponto de venda para comercialização dos produtos da Companhia, com atuação exclusiva, reforçando o posicionamento da marca e a capilaridade comercial. Adicionalmente, o contrato estabelece limites de exposição financeira previamente definidos, bem como garantias reais para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, mitigando riscos de crédito.

Complementarmente, a Companhia segue atuando nas frentes em que já é reconhecida, especialmente em pesquisa e desenvolvimento, com foco na criação e oferta de produtos com blends de fibras e soluções direcionadas a mercados que demandam diferenciação, inovação e exclusividade, incluindo aplicações com características técnicas específicas.

No âmbito financeiro, a Administração vem conduzindo ações concretas para reequilíbrio da estrutura de capital e preservação de caixa, incluindo:

- i) reestruturação do passivo tributário, com potencial relevante de redução do endividamento e do desembolso mensal;
- ii) renegociação de obrigações financeiras relevantes, com alongamento de prazos e melhoria do perfil de pagamento; e
- iii) medidas de contenção e racionalização de despesas, incluindo ajustes na estrutura de custos e governança.

Importante destacar que, apesar do cenário desafiador, a Companhia mantém regularidade no cumprimento de suas obrigações, não possuindo títulos protestados; continuidade operacional plena, sem interrupções na cadeia produtiva; abastecimento regular de matérias-primas e insumos e acesso a crédito junto a instituições financeiras e fornecedores.

Esses fatores, aliados às medidas já implementadas, reforçam a capacidade da Companhia de manter suas operações e avançar no processo de recuperação econômico-financeira.

A Administração permanece atuando de forma diligente e proativa na implementação de medidas voltadas ao reequilíbrio financeiro, ao fortalecimento operacional e à expansão de mercados, mantendo acompanhamento contínuo dos indicadores de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital.

Embora o cenário atual demande atenção, a Administração entende que as ações em curso, já implementadas e em desenvolvimento, são consistentes com a manutenção da continuidade operacional da Companhia e com a construção de perspectivas favoráveis para os próximos exercícios.

Política de Equidade

Em cumprimento ao parágrafo 6º do artigo 133 da lei nº 6.404/1996 (Lei das S.A.), a Companhia informa que não possui Política de Equidade formalizada, porém tem como compromisso proteger os direitos do trabalho, respeitando e valorizando a diversidade, promovendo oportunidades para pessoas com deficiência, incentivando a igualdade de gênero, étnica e religiosa, e o respeito às novas configurações familiares. Todas as relações inerentes e originadas na Companhia devem ser orientadas, de forma geral, pela promoção da equidade e inclusão, o que implica a adoção de práticas corporativas e ações afirmativas voltadas à justiça social e ao tratamento equitativo entre os diversos grupos sociais e indivíduos, visando ampliar oportunidades e mitigar desigualdades históricas e estruturais.

Ainda, os critérios de seleção de profissionais são pautados exclusivamente em competências técnicas e no potencial de cada candidato ou colaborador, considerando inclusive, se for o caso, a avaliação de desempenho e a indicação do gestor imediato. Por fim, a Companhia veda qualquer diferença salarial baseada em gênero, etnia, idade, orientação sexual ou outros critérios distintos daqueles relacionados à capacidade técnica e ao desempenho.

- (i) **Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos;**
- (ii) **Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;**

	2025		2024	
Quantidade e proporção de mulheres empregadas por níveis hierárquicos e ocupação de cargos na administração	Total	%	Total	%
Direção e Conselho	1	12,50%	1	12,50%
Gerência	3	20,00%	3	20,00%
Coordenação	4	50,00%	4	50,00%
Supervisão	4	13,79%	3	10,34%
Analistas/Especialistas	16	59,26%	13	56,52%
Técnicos	3	6,25%	2	4,88%
Assistentes/Auxiliares	7	26,92%	8	32,00%
Cargos Operacionais	76	22,75%	49	17,75%
Aprendizes	9	39,13%	11	47,83%
TOTAL	123	23,75%	94	20,98%
	2025		2024	

- (iii) **Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;**

	2025	2024
Demonstrativo da remuneração feminina em relação a masculina por níveis hierárquicos	%	%
Direção e Conselho	30,71%	30,71%
Gerência	196,92%	251,68%
Coordenação	104,43%	124,54%
Supervisão	90,74%	79,22%
Analistas/Especialistas	89,45%	103,08%
Técnicos	69,63%	66,25%
Assistentes/Auxiliares	100,41%	95,82%
Cargos Operacionais	80,06%	78,87%
Aprendizes	100,00%	100,00%

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE		69.771	65.305	69.902	65.425
Caixa e equivalentes de caixa	4	90	147	100	298
Contas a receber de clientes	5	27.752	23.217	27.752	23.217
Estoques	7	37.901	37.122	37.901	37.122
Tributos a recuperar	8.a	600	1.143	600	1.143
Outras contas a receber		2.906	3.073	3.027	3.042
Despesas do exercício seguinte		521	603	521	603
Outros ativos circulantes		1	-	1	-
NÃO CIRCULANTE		102.871	109.444	103.162	109.745
Realizável a Longo Prazo		1.422	6.130	1.387	5.953
Depósitos judiciais	9.a	407	1.907	407	1.907
Créditos com controladas		35	177	-	-
Tributos a recuperar	10.a	62	102	62	102
Ativos não operacionais	11	918	3.944	918	3.944
Investimentos	12	1.724	1.571	-	-
Imobilizado	13	98.610	100.438	100.660	102.487
Intangível	14	1.115	1.305	1.115	1.305
TOTAL DO ATIVO		172.642	174.749	173.064	175.170

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE		184.717	226.843	184.736	226.861
Obrigações sociais e trabalhistas	15	9.187	8.944	9.201	8.956
Fornecedores	16	8.435	6.571	8.435	6.571
Obrigações fiscais	17.1	17.595	51.226	17.600	51.232
Empréstimos e financiamentos	18.a	45.663	67.176	45.663	67.176
Obrigações com pessoas físicas	19.2	-	330	-	330
Comissões e royalties a pagar		1.226	907	1.226	907
Outras contas e encargos a pagar	20	627	1.031	627	1.031
Provisões fiscais	21	101.984	90.658	101.984	90.658
NÃO CIRCULANTE		386.194	289.936	386.597	290.339
Empréstimos e financiamentos	18.b	306.383	250.386	306.383	250.386
Tributos federais	17.2	27.315	28.878	27.315	28.878
Tributos estaduais	17.3	39.671	-	39.671	-
Obrigações com pessoas ligadas	22.b	12.759	10.643	12.759	10.643
Depósitos judiciais	9.b	66	29	66	29
Tributos diferidos	9	-	-	403	403

RENAUXVIEW

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	(398.269)	(342.030)	(398.269)	(342.030)
Capital social	23.a	8.186	8.186	8.186	8.186
Reservas de capital	23.b	9.983	9.983	9.983	9.983
Reservas de lucros		571	571	571	571
Reserva de reavaliação		799	799	799	799
Ajuste de avaliação patrimonial		980	1.221	980	1.221
Prejuízos acumulados		(418.788)	(362.790)	(418.788)	(362.790)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		172.642	174.749	173.064	175.170

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	115.600	117.404	115.881	117.684
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	25.a	(91.321)	(95.462)	(91.321)	(95.462)
RESULTADO BRUTO		24.279	21.942	24.560	22.222
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	25.a	(14.953)	(13.141)	(14.953)	(13.141)
Gerais e administrativas	25.a	(16.459)	(13.675)	(16.565)	(13.777)
Outras receitas operacionais		147	10.801	147	10.801
Outras despesas operacionais	25.a	(2.597)	-	(2.597)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	152	155	-	-
		(33.710)	(15.860)	(33.968)	(16.117)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		(9.431)	6.082	(9.408)	6.105
Receitas financeiras		2.171	688	2.171	688
Despesas financeiras		(49.708)	(46.254)	(49.708)	(46.254)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	25.b	(47.537)	(45.566)	(47.537)	(45.566)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(56.968)	(39.484)	(56.945)	(39.461)
Imposto de renda diferido e Contribuição Social sobre o Lucro		(124)	38	(147)	15
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(57.092)	(39.446)	(57.092)	(39.446)
QUANTIDADE DE AÇÕES (EM MIL)	27	4.259	4.259	4.259	4.259
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		(13,405)	(9,262)	(13,405)	(9,262)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	(57.092)	(39.446)	(57.092)	(39.446)
Efeitos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial do Imobilizado	241	(75)	241	(75)
Resultado Abrangente do Exercício	(56.851)	(39.521)	(56.851)	(39.521)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
I - Receitas				
Receitas de vendas e serviços	147.553	150.598	147.853	150.898
Outras receitas	2	189	2	189
Provisão para devedores duvidosos	(337)	1.089	(337)	1.089
	147.218	151.876	147.518	152.176
II - Bens e serviços adquiridos de terceiros (a)				
Insumos adquiridos de terceiros	(46.888)	(56.848)	(46.888)	(56.848)
Materiais, energia, serviços de terceiros, comunicação e água	(35.737)	(33.153)	(35.737)	(33.153)
Outros gastos de produção	(1.233)	(2.223)	(1.233)	(2.223)
	(83.858)	(92.224)	(83.858)	(92.224)
III - Valor adicionado bruto (I - II)	63.360	59.652	63.660	59.952
IV - Retenções	(4.165)	(4.627)	(4.165)	(4.627)
Depreciação e amortizações	(4.165)	(4.627)	(4.165)	(4.627)
V- Valor adicionado líquido (III - IV)	59.195	55.025	59.495	55.325
VI - Valor adicionado recebido em transferência				
Ganhos de capital	16	714	16	714
Resultado de equivalência patrimonial	152	155	-	-
Outros	129	9.898	129	9.898
Receitas financeiras	2.171	688	2.171	688
	2.468	11.455	2.316	11.300
VII - Valor adicionado total a distribuir	61.663	66.480	61.811	66.625
VIII Distribuição do valor adicionado	61.663	66.480	61.811	66.625
Pessoal	36.128	32.098	36.207	32.181
Remuneração Direta	31.820	28.491	31.893	28.567
Benefícios	2.325	1.854	2.327	1.856
FGTS	1.983	1.753	1.987	1.758
Impostos, taxas e contribuições (b)	26.230	24.192	26.290	24.254
Federais	21.110	19.028	21.161	19.080
Estaduais	4.530	4.533	4.530	4.533
Municipais	590	631	599	641
Remuneração de capitais de terceiros (c)	49.896	46.399	49.905	46.399
Juros	49.706	46.254	49.706	46.254
Aluguéis	190	145	190	145
Outras	-	-	9	-
Remuneração de capitais próprios	(57.092)	(39.446)	(57.092)	(39.446)
Resultado do exercício	(57.092)	(39.446)	(57.092)	(39.446)
Outros	6.501	3.237	6.501	3.237
Perdas de capital	2.689	(28)	2.689	(28)
Comissões/royalties	3.812	3.265	3.812	3.265

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos	(56.968)	(39.484)	(56.945)	(39.460)
Itens que não representam movimentação de caixa				
- Depreciações e amortizações	841	3.187	841	3.187
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)	124	(38)	124	(38)
- Provisões para devedores duvidosos	337	(1.089)	337	(1.089)
- Ajuste a valor presente	354	(192)	354	(192)
- Equivalência patrimonial/Investimentos em controlada	(152)	(155)	-	-
- Ajuste de exercícios anteriores	728	-	728	-
- Provisão de juros e multas sobre passivos	34.145	34.537	34.145	34.537
Geração (utilização) bruta de disponibilidades	(20.591)	(3.234)	(20.416)	(3.055)
(Aumento) Redução de ativos operacionais				
- Contas a receber - circulante e não circulante	(5.225)	2.395	(5.225)	2.395
- Estoques	(778)	17.758	(778)	17.758
- Outras contas a receber	168	668	14	1.269
- Impostos a recuperar	541	(761)	543	(758)
- Despesas do exercício seguinte	83	(170)	83	(170)
- Adiantamento a fornecedores	(1)	88	(1)	88
- Depósitos judiciais - não circulante	1.500	(1.559)	1.500	(1.559)
- Mútuo com controlada - não circulante	142	793	-	-
- Impostos a recuperar - não circulante	40	77	40	77
- Outros ativos- não circulante	3.026	(230)	3.026	(230)
Aumento (Redução) de passivos operacionais				
- Fornecedores	1.865	1.335	1.865	1.335
- Salários e encargos sociais	242	708	244	708
- Obrigações tributárias - circulante e não circulante	15.804	(14.865)	15.804	(14.865)
- Comissões a pagar	319	9	319	9
- Outras contas e encargos a pagar	(405)	(443)	(405)	(443)
- Depósitos judiciais - não circulante	37	22	37	22
	(3.233)	2.591	(3.350)	2.581
Compensação Autorregularização lei 14.740/23	-	11.528	-	11.528
IRPJ / CSLL diferidos do período	(124)	38	(147)	15
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.357)	14.157	(3.497)	14.124
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Acréscimos de imobilizado	(17.381)	(2.317)	(17.381)	(2.317)
Baixas líquidas do imobilizado	18.672	3.214	18.672	3.214
Acréscimos de intangível	(116)	(344)	(116)	(344)
Baixas líquidas do intangível	-	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	1.175	553	1.175	553
III- ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Variação parcelamento	-	-	-	-
Novos empréstimos e financiamentos bancários	59.930	37.751	59.930	37.751
Novos empréstimos de pessoa física e jurídica	2.540	800	2.540	800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	(57.635)	(49.902)	(57.635)	(49.902)
Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica	(2.711)	(3.452)	(2.711)	(3.452)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	2.124	(14.803)	2.124	(14.803)
IV- AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(58)	(93)	(198)	(126)
V – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	147	240	298	424
VI – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	89	147	100	298

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Lucros		Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Investimentos e Capital de Giro				
			37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.186	9.983		571	799	2.019	(362.791)	(342.032)
Ajustes de Exercícios Anteriores							728	728
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	- 0	(365)	365	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	- 0	124	-	124
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(57.092)	(57.092)
			37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.186	9.983		571	799	1.778	(418.790)	(398.272)

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A

CNPJ: 82.982.075/0001-80

NIRE: 4230000949-1

Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia apurou prejuízo no exercício de 2025, no montante de R\$ 57.092, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 418.788 (R\$ 362.790 em dezembro de 2024). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 398.269 (R\$ 342.030 em 31 de dezembro de 2024). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e as altas taxas de juros praticadas atualmente no Brasil.

Em relação aos débitos tributários federais, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT (conforme descrito na nota explicativa nº 29). Nos anos de 2018 a 2025, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia fez novos parcelamentos ordinários, conforme detalhado na nota explicativa 33.

No âmbito dos tributos estaduais, a Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 39.671 (nota explicativa 17), relacionado a valores vinculados ao PRODEC, atualmente em discussão judicial por meio de ações de procedimento comum e mandado de segurança. De acordo com parecer a assessoria jurídica, há probabilidade de 50% de êxito, e estima-se que o prazo mínimo para conclusão definitiva das discussões judiciais, incluindo o trânsito em julgado, seja de aproximadamente 36 (trinta e seis) meses.

Já em relação às principais dívidas financeiras, as notas 19, 31 e 33 esclarecem as soluções que estão sendo implementadas. Os atuais acordos são passíveis de cumprimento pela Companhia.

A estimativa de reversão de encargos financeiros com o credor D&D Administradora de Bens Ltda, se cumpridas as condições conforme acordo, é em torno de 7 milhões ao ano. No ano de 2026 não haverá pagamento e reversão em virtude do novo acordo, conforme detalhado na nota explicativa 33.

Ressalte-se que, do total de despesas financeiras reconhecidas no exercício, que somaram R\$ 49.708, parcela relevante refere-se a encargos de natureza contábil, sem efeito imediato no fluxo de caixa. Aproximadamente 75% dessas despesas estão relacionadas a provisões de encargos incidentes sobre contingências, bônus de adimplência, parcelamentos tributários e dívidas renegociadas, refletindo, atualizações contábeis dos passivos de longo prazo.

Adicionalmente às medidas de reestruturação financeira, a Companhia vem implementando ações operacionais e comerciais com o objetivo de recompor receitas e diversificar sua atuação

de mercado. Essas iniciativas encontram-se em diferentes estágios de implementação e têm como objetivo contribuir para a geração de receitas futuras e melhoria da performance operacional, e dentre elas destacam-se:

- a) o desenvolvimento e lançamento de novos produtos, incluindo tecidos com características diferenciadas e direcionados a segmentos específicos, como o segmento infantil e produtos com maior valor agregado.
- b) a ampliação do portfólio, com foco em produtos com maior potencial de margem e diferenciação técnica;
- c) a estruturação de iniciativas voltadas à entrada em novos segmentos de mercado, incluindo aplicações distintas das tradicionalmente atendidas pela Companhia;
- d) a formalização de parcerias comerciais estruturadas para ampliação da distribuição de produtos, incluindo modelos que permitem a introdução gradual em novos mercados, com mitigação de riscos comerciais e financeiros (ver nota 33).

Complementarmente às demais medidas em curso, a Administração encontra-se em avaliação de alternativas para o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, incluindo a eventual realização de aumento de capital, a ser oportunamente submetido à deliberação dos órgãos competentes e, quando aplicável, à aprovação dos acionistas, nos termos da legislação societária vigente. Tal iniciativa tem por objetivo reforçar a posição patrimonial e financeira da Companhia, aprimorar seus indicadores de liquidez e alavancagem, bem como dar suporte à continuidade operacional e à execução de suas estratégias de crescimento.

A Companhia opera com regularidade junto aos fornecedores, não possui títulos protestados, opera com continuidade produtiva, sem interrupções na cadeia de suprimentos, e mantendo acesso a crédito junto a instituições financeiras e fornecedores.

Dessa forma, considerando as medidas de reestruturação financeira em andamento, bem como as iniciativas operacionais e comerciais implementadas, a Administração entende que a Companhia possui condições de manter a continuidade de suas operações no curso normal dos negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e Diretoria da Companhia em 09 de março de 2026.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 21 – Provisão fiscais e contingências

Nota 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não existem normas, orientações ou pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais da Companhia.

b) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2024).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios

previstos pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Resolução CVM nº 91/22. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e) Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

f) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

g) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação.

h) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do

componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

j) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

i) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

m) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

o) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2	13	2	13
Bancos conta movimento	49	101	59	252
Aplicações financeiras	39	33	39	33
TOTAL	90	147	100	298

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	31.863	26.638
(-) Provisão para perdas	(3.104)	(2.768)
(-) Ajuste a valor presente	(1.007)	(653)
TOTAL	27.752	23.217

Aging List Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	916	20,28%	9.501	34,74%
31 - 60 dias	315	6,98%	6.842	25,02%
61 - 90 dias	181	4,01%	3.677	13,45%
Acima de 90 dias	3.104	68,73%	7.327	26,79%
TOTAL	4.516	100%	27.347	100%

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Bancos contas em garantias	2.062	2.452
Adto funcionários	844	621
TOTAL	2.906	3.073

7. ESTOQUES

	31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Produtos acabados	15.929	15.109
Produtos em elaboração	14.528	10.944
Materiais diretos	5.107	9.123
Materiais de consumo	1.962	1.885
Importação em andamento	683	603
Provisão para perdas	(308)	(542)
TOTAL	37.901	37.122

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IPI	18	9	18	9
ICMS	50	177	50	177
PIS/COFINS	167	199	167	199
IRPJ/CSLL	94	94	94	94
IPTU	271	664	271	664
TOTAL	600	1.143	600	1.143

b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS	-	27
ICMS	62	75
TOTAL	62	102

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Ativo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	66	29
PRODEC	341	341
Autorregularização – Lei 14740/23*	-	1.537
TOTAL	407	1.907

* A Lei 14.740, de 29/11/2023, instituiu o Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – PAIT, onde podem ser incluídos quaisquer tributos administrados pela RFB, desde que sejam constituídos entre 30 de novembro de 2013 a 01 de abril de 2024. Todos os tributos federais com fatos geradores em janeiro e fevereiro de 2024 foram constituídos no período abrangido pela lei, e no entendimento do corpo jurídico da Companhia, passíveis de serem incluídos no programa. Diante da discordância da RFB, a empresa optou por depositar judicialmente os valores do período, enquanto discute o assunto em sede de Mandado de Segurança. Em 27 de junho de 2024 a decisão foi desfavorável à Companhia e em 22 de setembro de 2025 foram liberados os alvarás para quitação dos tributos.

b) Passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	66	29
TOTAL	66	29

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2025, a situação na Controladora é a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda PJ	371	462
CS sobre Lucro Líquido	134	166
SUBTOTAL	505	628

b) Tributos diferidos PASSIVOS

Imposto de Renda PJ	(371)	(462)
CS sobre Lucro Líquido	(134)	(166)
SUBTOTAL	(505)	(628)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	-	-

No exercício de 2025 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 123 mil referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2025, a situação **Consolidada** da Companhia é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda PJ	371	462
CS sobre Lucro Líquido	134	166
SUBTOTAL	505	628
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda PJ	(667)	(758)
CS sobre Lucro Líquido	(241)	(273)
SUBTOTAL	(908)	(1.031)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2025 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 918 mil (31/12/2024 – R\$ 3.944 mil).

No ano de 2024 a Companhia solicitou à União (no processo 500041910-2016.4.04.7215) a liberação para venda de alguma destas máquinas, que já se encontravam sem condições de uso (sucateadas), como o compromisso de fazer a venda judicial e usar os recursos para pagamento de tributos parcelados.

A União concordou com a venda em 14/10/2024. Foram apresentadas duas propostas de compra feitas por empresas que comercializam máquinas nestas condições e posteriormente houve avaliação judicial que definiu valor para cada máquina.

Em 21/02/2025 e 11/03/2025 foram efetivadas as vendas de 46 máquinas, com valor contábil de R\$ 18.583mil, avaliados em R\$ 480. Esta operação gerou prejuízo de R\$ 2.597mil, registrada na conta Outras Despesas Operacionais.

Valor contábil: R\$ 18.583

(-) Depreciação Acumulada: (R\$ 15.506)

Valor da Venda: R\$ 480

(-) Prejuízo: (R\$ 2.597)

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RenauxView Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	1.724	1.571	152	155

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

Direitos		Obrigações	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(84)	210	-	-

Receitas		Despesas	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Resolução CVM 73/22 e Resolução nº 144 de 15 de junho de 2022 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.319	-	54.319	54.319	56.368	56.368
Imóveis	34.084	(7.980)	26.104	26.958	26.104	26.958
Máquinas de Grande Porte	78.601	(64.799)	13.802	15.857	13.802	15.857
Veículos	1.395	(1.156)	239	283	239	283
Máquinas, equipamentos e Utensílios industriais	10.100	(7.551)	2.549	1.516	2.549	1.516
Outras Imobilizações	2.182	(2.053)	129	198	129	198
Imobilizado em andamento	1.469	-	1.469	1.307	1.469	1.307
Adto a fornecedores	-	-	-	-	-	-
TOTAL	182.150	(83.539)	98.610	100.438	100.660	102.487

Taxas médias de depreciação

Bem	Taxa anual %
Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	Controladora				31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	54.319	-	-	-	54.319
Imóveis	34.112	-	-	(28)	34.084
Máquinas de grande porte	81.358	-	(18.486)	15.672	78.601
Veículos	1.418	-	(23)	-	1.395
Máquinas, equipamentos e Utensílios industriais	8.753	1.429	(135)	53	10.100
Outras Imobilizações	2.174	27	(19)	-	2.182
Imobilizado em andamento	1.307	219	-	-	1.469
Adto a fornecedores	-	5	(5)	-	-
TOTAL	183.441	1.680	(18.668)	15.697	182.150

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	Controladora				31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	
Imóveis	(7.154)	(829)	-	3	(7.980)
Máquinas de grande porte	(65.501)	(2.100)	15.425	(12.623)	(64.799)
Veículos	(1.135)	(44)	23	-	(1.156)
Máquinas, equipamentos e	(7.237)	(396)	118	(36)	(7.551)

Utensílios industriais					
Outras Imobilizações	(1.976)	(97)	20	-	(2.053)
TOTAL	(83.003)	(3.466)	15.586	(12.656)	(83.539)

14. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	3.345	(2.230)	1.115	1.305
TOTAL	3.345	(2.230)	1.115	1.305

Taxas médias amortização

Bem	Taxa anual %
Direitos de Uso	20,0%

14.1. Movimentação do custo corrigido

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.
Direitos de Uso	3.435	115	(205)	-
TOTAL	3.435	115	(205)	-

14.2. Movimentação da amortização acumulada

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.
Direitos de Uso	(2.130)	(305)	205	-
TOTAL	(2.130)	(305)	205	-

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

15.1 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS e CPRB*	1.613	2.259	1.614	2.262
FGTS	262	613	263	613
Salário educação - FNDE	161	243	161	243
SESI	97	146	97	146
SEBRAE	39	58	39	58
SENAI	83	107	83	107
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.717	2.543	2.717	2.543
TOTAL	4.972	5.969	4.974	5.972

* R\$ 1.485 estavam depositados de acordo com a nota explicativa nº 9.

15.2 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	1.186	792	1.190	794
Provisão para férias	3.013	2.171	3.021	2.178
Outros	16	12	16	12
TOTAL	4.215	2.975	4.227	2.984

16. FORNECEDORES

	A Vencer	
Prazo	Valor	%
0 - 30 dias	5.481	64,98%
31 - 60 dias	1.891	22,42%
61 - 90 dias	573	6,79%
Acima de 90 dias	490	5,81%
TOTAL	8.435	100%

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

17.1) Circulante

i) OBRIGAÇÕES FEDERAIS:

	Controladora		Consolidado		Parcelas	Início
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
IRRF/IRPJ/CSLL*	708	840	713	846		
PIS/COFINS/CSLL retidos	7	27	7	27		
Parcel. Prev. Simplif. RFB	-	59	-	59	60	jun/20
Parcel. Prev. Simplif. RFB Terc.	-	130	-	130	60	nov/20
Parcel. Previdenciário PGFN	-	217	-	217	48	mar/21
Parcel. IR RFB	656	1.122	656	1.122	60	jun/21
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN**	1.750	1.425	1.750	1.425	145	ago/17
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.723	1.554	1.723	1.554	60	jan/23
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.264	1.134	1.264	1.134	60	jul/23
Parcel. 14.740/23 PIS/COFINS***	5.191	3.844	5.191	3.844	48	abr/24
Parcel. Prev. Simplif. RFB	326	290	326	290	60	ago/24
Parcel. Simp. Prev/IRRF/CPRB	1.052	905	1.052	905	60	abr/23
Parcel. Simplif. RFB	586	449	586	449	60	nov/24
Parcel. FAP	161	572	161	572	60	nov/24
Parcel. Simplificado RFB	410	-	410	-	60	fev/25
Parcel. Simplificado RFB	754	-	754	-	60	abr/25
Parcel. Simplificado RFB	849	-	849	-	60	Set/25
Parcel. Simplificado RFB	253	-	253	-	60	Set/25
TOTAL	15.690	12.568	15.695	12.574		

* R\$ 293 estavam depositados de acordo com a nota explicativa nº 9.

** Ver Nota Explicativa 29 a)

*** Ver Nota Explicativa 29 b)

ii) OBRIGAÇÕES ESTADUAIS:

	<u>Controladora e Consolidado</u>		<u>Parcelas</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>			
ICMS	244	165			
ICMS – PRODEC*	-	38.471			
ICMS parcelamento	28	-	12	fev/25	jan/26
ICMS parcelamento	76	-	12	mar/25	fev/26
ICMS parcelamento	111	-	12	abr/25	mar/26
ICMS parcelamento	229	-	12	jun/25	mai/26
ICMS parcelamento	241	-	12	jul/25	jun/26
ICMS parcelamento	302	-	12	ago/25	jul/26
ICMS parcelamento	328	-	12	out/25	set/26
ICMS parcelamento	321	-	12	dez/25	nov/26
TOTAL	1.880	38.636			

*** Débitos relacionados ao PRODEC – reclassificação para o passivo não circulante:**

Conforme avaliação dos assessores jurídicos, todos o débito está em discussão judicial, e os processos têm prazo estimado de conclusão superior a 36 meses, incluindo tramitação nas instâncias superiores.

A exigibilidade desses valores está condicionada ao desfecho final das ações judiciais, não havendo, na presente data, obrigação de pagamento exigível no curto prazo.

Dessa forma, foi realizada a reclassificação do referido montante para o passivo não circulante, por entender que tal classificação reflete de forma mais adequada a natureza da obrigação, em conformidade com o CPC 26 (R1) e o CPC 25.

iii) OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS retido	25	22
TOTAL	25	22

17.2) Não circulante – Parcelamentos de Tributos Federais

	<u>Controladora e Consolidado</u>		<u>Parcelas</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>			
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	124	162	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	6.244	7.848	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN*	3.812	4.655	145	ago/17	jan/30
Parcel. IR RFB	-	374	60	jun/21	mai/26
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.378	2.487	60	jan/23	dez/27
Parcel. Simplif. Prev/IRRF/CPRB	1.052	1.745	60	abr/23	mar/28
Parcel. 14.740/23 PIS/COFINS**	4.326	6.919	48	abr/24	mar/28
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.516	2.268	60	jul/23	jun/28

Parcel. Prev. Simplif. RFB	674	830	60	ago/24	jul/29
Parcel. Simplif. RFB	1.328	1.590	60	nov/24	out/29
Parcel. FAP	387	-	60	nov/24	out/29
Parcel. Simplificado RFB	1.010	-	60	fev/25	jan/30
Parcel. Simplificado RFB	1.960	-	60	abr/25	mar/30
Parcel. Simplificado RFB	2.606	-	60	set/25	ago/30
Parcel. Simplificado RFB	898	-	60	set/25	ago/30
TOTAL	27.315	28.878			

* Ver Nota Explicativa nº 29 a)

** Ver Nota Explicativa nº 29 b)

17.3) Não circulante – Tributos Estaduais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
ICMS - PRODEC	39.671	-
TOTAL	39.671	-

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Circulante

	31/12/25	31/12/24
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina***	-	24.981
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	-	24.981
INPC + 1%am	-	24.981
D&D Administradora de Bens Ltda.*	-	8.045
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	-	8.045
INPC	-	8.045
ASA SOCIEDADE DE CREDITO	1.018	-
Empréstimos de capital de giro	1.018	-
CDI + 0,42% am	1.018	-
ATF CREDIT FIDC NP	1.625	-
Empréstimos de capital de giro	1.625	-
1,39% am	1.625	-
BANCO ABC	233	1.475
Empréstimos de capital de giro	233	1.475
CDI + 0,49% am	233	1.475
BANCO BMA FIDC	1.042	531
Empréstimos de capital de giro	1.042	531
1,10% am	1.042	531
BANCO DAYCOVAL	11.724	12.894
Empréstimos de capital de giro	6.222	5.202
1,48% am	856	855
1,66% am	737	670
CDI + 0,58% am	719	677

RENAUXVIEW

CDI + 0,60% am	3.000	3.000
CDI + 0,62% am	911	-
Finimp	5.017	6.207
8,58% aa	974	-
8,60% aa	489	-
8,90%aa	999	1.757
9,02% aa	1.004	1.735
9,42% aa	1.551	2.715
Leasing	486	1.486
CDI + 0,47% am	486	1.486
BANCO SAFRA	560	1.906
Empréstimos de capital de giro	560	1.906
1,29% am	560	1.906
BANCO SICOOB FIDC	5.121	2.507
Empréstimos de capital de giro	5.121	2.507
1,17% am	549	-
1,44% am	1.649	-
1,52% am	-	1.872
1,55% am	-	635
1,80% am	1.021	-
1,85% am	1.902	-
BANCO SOFISA	8.446	7.977
Empréstimos de capital de giro	8.446	7.977
12,63% aa	3.720	4.179
CDI + 0,60% am	4.727	3.798
C6 BANK	2.055	-
Empréstimos de capital de giro	2.055	-
CDI + 0,60% am	2.055	-
CREDITISE	2.108	835
Operação Antecipação	2.108	835
1,10% am	2.108	835
CRÉDITOS NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas)**	3.218	2.991
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	2.637	2.448
INPC + 5,23% aa	2.637	2.448
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	87	83
IPCA	87	83
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	367	340
INPC + 5,23% aa	367	340
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	128	119
INPC + 5,23% aa	128	119
GOL SECURITIZADORA	1.345	-
Empréstimos de capital de giro	1.345	-
2% am	1.345	-
Juros a Transcorrer	(975)	(342)
Juros a Transcorrer	(975)	(342)
LARCA CAPITAL	889	-
Empréstimos de capital de giro	889	-
1,85% am	889	-
OPERA CAPITAL	923	-
Empréstimos de capital de giro	923	-
1,57% am	923	-
OPHIR	4.131	-

Empréstimos de capital de giro	4.131	-
1,70% am	4.131	-
PLATA FIDIC	-	1.155
Empréstimos de capital de giro	-	1.155
CDI + 0,96% am	-	1.155
RNX MAXINVEST	391	661
Empréstimos de capital de giro	391	661
1,37% am	391	360
CDI + 0,65% am	-	301
VALOREM FIDC	1.810	1.559
Empréstimos de capital de giro	1.810	1.559
1,59% am	780	1.559
1,70% am	1.030	-
Total Circulante	45.663	67.176

* Ver nota nº 31 – D&D Adm. Bens

** Ver nota nº 19.1 – Debêntures extintas

*** Ver nota nº 19.2 - BADESC

b) Não circulante

	31/12/25	31/12/24
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina***	27.106	-
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	27.106	-
INPC + 1%am	27.106	-
D&D Administradora de Bens Ltda.*	159.057	138.105
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	159.057	138.105
INPC	159.057	138.105
ABC BRASIL	-	246
Empréstimos de capital de giro	-	246
CDI + 0,49% am	-	246
ASA SOCIEDADE DE CREDITO	509	-
Empréstimos de capital de giro	509	-
CDI + 0,42% am	509	-
Banco Daycoval	2.642	4.034
Empréstimos de capital de giro	2.642	3.663
1,48%am	784	1.639
1,66% am	-	670
CDI + 0,58% am	719	1.354
CDI + 0,62% am	1.138	-
Leasing	-	371
CDI + 0,47% am	-	371
Banco Sofisa	2.529	-
Empréstimos de capital de giro	2.529	-
CDI + 0,60% am	2.529	-
C6 BANK	685	-
Empréstimos de capital de giro	685	-

CDI + 0,60% am	685	-
CRÉDITOS NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas)**	112.874	106.740
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	95.014	89.780
INPC + 5,23% aa	95.014	89.780
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	29	111
IPCA	29	111
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	13.210	12.483
INPC + 5,23% aa	13.210	12.483
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	4.621	4.366
INPC + 5,23% aa	4.621	4.366
RNX MAXINVEST	130	481
Empréstimos de capital de giro	130	481
1,37% am	130	481
SICOOB	851	-
Empréstimos de capital de giro	851	-
1,80% am	851	-
VALOREM	-	780
Empréstimos de capital de giro	-	780
1,59% am	-	780
Total Não Circulante	306.383	250.386

* Ver nota nº 31 – D&D Adm. Bens

** Ver nota nº 19.1 – Debêntures extintas

*** Ver nota nº 19.2 - BADESC

19. CRÉDITO NEGOCIADOS OU EM DISCUSSÃO

19.1 Originados de Debêntures extintas conforme acordo em 29/11/2021

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Foram negociadas 8.303 debêntures, sendo o saldo cancelado. A remuneração seria de 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Conforme divulgado em fato relevante na data de 29 de novembro de 2021:

1) A Companhia concluiu naquela data o processo de renegociação dos valores devidos em decorrência da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures datada de 02 de dezembro de 2004 (“Debêntures”).

Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançou o valor de R\$ 86.820.494,32 (oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), serão pagos pela Companhia aos Debenturistas nas seguintes condições:

- (i) 480 (quatrocentos e oitenta) parcelas mensais e consecutivas, sem deságio e sem carência, de forma que o primeiro pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados da homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial (“Acordo”) pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, e os demais pagamentos serão realizados todo dia 10 (dez) de cada mês subsequente;
- (ii) O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), da data de 29 de novembro de 2021, até a data do pagamento e sobre o valor de cada parcela atualizada pelo INPC incidirão juros proporcionais de 5,23% ao ano;
- (iii) No caso de adimplência das 240 (duzentas e quarenta) primeiras parcelas acima, então os Debenturistas renunciarão ao direito de cobrança do saldo das parcelas restantes e darão à Têxtil RenauxView quitação plena, rasa, irrevogável e irretratável da dívida.
- (iv) A assinatura do Acordo implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, com a consequente renúncia da Planner à qualidade de agente fiduciário das Debênturistas, permanecendo os Debenturistas como credores.

2) A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Companhia poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

A homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial (“Acordo”) pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ocorreu em 13/05/2022 e os pagamentos aos credores iniciaram em 25/05/2022 e estão adimplidos. O valor pago até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 10.474 e o valor da parcela no mês de janeiro/2026 é de R\$ 279.

Com a homologação do acordo, ficam extintas as debêntures, conforme previsto na Cláusula 2ª – Extinção das Debêntures:

“2.1. A assinatura desta Transação implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, conforme aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em assembleia geral.”

19.2 Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A (BADESC)

O crédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A (BADESC), surgiu com a Cédula de Crédito Industrial nº 012990-00-0, emitida em 28 de novembro de 2001, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Em 16 de setembro de 2002, foi firmado o Termo aditivo, alterando a forma de amortização do crédito.

Em 09 de maio de 2008, o BADESC ajuizou a ação de execução, autos nº 0000474-17.2008.8.24.0011, com escopo de reaver o saldo devedor de R\$ 7.211.

Na sequência, a Companhia opôs embargos à execução, autos nº 0003973- 09.2008.8.24.0011, requerendo o afastamento da TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo), como elemento de composição dos juros remuneratórios, bem como, a exclusão dos encargos moratórios, uma vez que a mora restaria desconfigurada, diante das alegações de disposições ilegais e abusivas existentes no contrato.

Em 1º grau a decisão não foi favorável e a Companhia interpôs recurso de apelação, que foi provido em parte, para afastar a incidência da TJLP, a capitalização mensal do termo aditivo e a exigibilidade dos encargos de mora, ao passo que o Egrégio Tribunal de Santa Catarina, no julgamento do acórdão nº 2012.085740-6, entendeu que os encargos decorrentes da inadimplência apenas incidirão em caso de remanescer saldo devedor após o recálculo da contratualidade.

Atualmente, discutem-se os cálculos apresentados pelas partes, sendo R\$ 27.106 o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adto Clientes	263	664
Aluguéis	114	104
Frete	1	-
Estoques em Consignação	25	25
Seguros	38	107
Serviço de Terceiros	44	58
Convênios *	109	47
Taxas	33	26
<u>TOTAL</u>	<u>627</u>	<u>1.031</u>

* Valores descontados dos funcionários e repassados para os sindicatos/associações.

Todos os valores têm vencimento em prazos inferiores a 60 dias.

21. PROVISÕES FISCAIS E CONTIGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, que são apenas no âmbito tributário, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos administrativos, eventualmente judiciais e suas custas. Os valores ainda contingenciados são decorrentes de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos. A quase totalidade destes valores decorrem os de autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS decorrentes de fiscalização da RFB referente aos anos de 2009 a 2014. Os processos são de nº 13.971-723.240/2014-54 e 13971.724290/2014-59 e estão sendo discutidos em âmbito administrativo. Destes valores, aproximadamente 30% têm tendência de decisão favorável do CARF, mas a Companhia aguarda a decisão final para reversão dos valores. O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 101.984 mil (31/12/2024 – R\$ 90.658 mil).

21.1. Perda possível

Existem valores de contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, e para estes valores não foram constituídas provisões financeiras. Os valores decorrem de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos, além de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	10.933	5.501
Trabalhistas	4.136	1.116
TOTAL	15.069	6.617

22. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	31/12/2025	31/12/2024
Armando C. Hess de Souza - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 31/12/2027.	9.105	8.235
L.A. Admins. De Bens - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 31/12/2027	1.409	1.177
Márcio L. Bertoldi - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 31/12/2027.	2.245	1.231
TOTAL	12.759	10.643

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	151.560	152.603	151.560	152.603
Vendas mercado externo	1.782	2.879	1.782	2.879
Serviços mercado interno	213	8	514	308
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	153.555	155.490	153.856	155.790
Deduções da receita bruta	(37.955)	(38.086)	(37.975)	(38.106)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	115.600	117.404	115.881	117.684

25. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	(37.625)	(32.553)	(37.731)	(32.653)
Matérias primas e embalagens	(34.327)	(44.130)	(34.327)	(44.130)
Energia elétrica	(8.000)	(9.420)	(8.000)	(9.420)
Gastos gerais de fabricação	(15.536)	(12.583)	(15.536)	(12.583)
Comissões representantes	(3.333)	(2.773)	(3.333)	(2.773)
Frete	(2.000)	(1.717)	(2.000)	(1.717)
Propaganda e promoção de vendas	(899)	(752)	(899)	(752)
Serviços de terceiros	(9.271)	(8.755)	(9.271)	(8.757)
Depreciação e amortizações	(3.780)	(4.199)	(3.780)	(4.199)
Tributos diversos	(145)	(148)	(145)	(148)
Encargos tributários	(2.116)	(653)	(2.116)	(653)
Outros custos e despesas	(8.298)	(4.595)	(8.298)	(4.595)
Total	(125.330)	(122.278)	(125.436)	(122.380)

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	(91.321)	(95.462)	(91.321)	(95.462)
Despesas com vendas	(14.953)	(13.141)	(14.953)	(13.141)
Gerais e administrativas	(16.459)	(13.675)	(16.565)	(13.777)
Outras despesas operacionais	(2.597)	-	(2.597)	-
	<u>(125.330)</u>	<u>(122.278)</u>	<u>(125.436)</u>	<u>(122.380)</u>

b) Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros recebidos	106	42
Variação cambial ativa	1.931	646
Outras receitas	134	-
Total da receita financeira	2.171	688
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(24.946)	(22.918)
Encargos sobre crédito negociado	(9.589)	(9.860)
Reversão de encargos sobre crédito negociado*	890	-
Encargos com partes relacionadas	(1.952)	(1.735)
Encargos sobre tributos	(10.906)	(8.216)
Encargos sobre demais contas	(1.200)	(941)
Variação cambial passiva	(970)	(2.161)
Outras despesas financeiras	(1.035)	(423)
Total da despesa financeira	(49.708)	(46.254)
Resultado financeiro líquido	(47.537)	(45.566)

* Ver nota 31.

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No exercício de 2025 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) acumularam R\$ 2.885 (2024 – R\$ 2.716), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: R\$ 90
- b) Diretoria: R\$ 2.456
- c) Conselho Fiscal: R\$ 339

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas		
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(37.574)	(25.961)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	19.518	(13.485)
TOTAL	(57.092)	(39.446)

Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
TOTAL	4.259	4.259
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	(13,4050)	(9,2618)
Ação ordinária	(13,4050)	(9,2618)

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40 (R1), a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco das contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	27.752	23.217
Outras contas a receber	3.027	3.042
TOTAL	30.779	26.259

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e Financiamentos	(352.046)	(317.562)
TOTAL	(352.046)	(317.562)

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	298	298
Clientes e Outras Contas a Receber	30.779	30.779	26.259	26.259
Empréstimos e Financiamentos	(352.046)	(352.046)	(317.562)	(317.562)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar*	(10.288)	(10.288)	(8.839)	(8.839)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(12.759)	(12.759)	(10.643)	(10.643)

* Notas 16 e 20.

• **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

29. PROGRAMAS ESPECIAIS DE PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

a) No mês de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Os parcelamentos são corrigidos por SELIC.

Todos os valores parcelados junto à Secretaria da Receita Federal – RFB estão quitados.

Na PGFN, foram parcelados débitos na modalidade Demais Débitos, que já estão integralmente pagos, e Débitos Previdenciários.

Para os Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após a entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017 e o parcelamento segue ativo:

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação											
		Descontos	Compensação BNCSSL/PF	Pagamento em espécie									
				2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	a partir 2026
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	975	609	792	609	609	3.289
Total	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	975	609	792	609	609	3.289

b) Em abril de 2024 a Companhia aderiu ao programa de Autorregularização da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 14.740/23. O efeito total no Patrimônio Líquido foi de R\$ 21.371 mil, sendo R\$ 9.656 mil no resultado do trimestre de 2024, referente ao desconto obtido da operação, e R\$ 11.715 mil de resultados abrangentes na conta de Prejuízos Acumulados, relativo aos valores compensados com o prejuízo fiscal. O parcelamento está sendo adimplido de acordo com as regras estabelecidas.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. ACORDO COM CREDOR D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

Conforme publicação em fato relevante, datado de 06 de maio de 2022, A Companhia concluiu naquela data a renegociação do saldo de sua dívida com a D&D Administradora de Bens Ltda ("Credora"), com um aditivo ao acordo firmado em agosto de 2017, (objeto do fato relevante publicado em 15/08/2017) e apenas parcialmente cumprido. Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançava, em 06 de maio de 2022, o valor de R\$ 139.197.631,99 (cento e trinta e nove milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), serão pagos pela Companhia à Credora em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 18 de maio de 2022 e as demais consecutivamente. O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que, considerando a situação financeira da Companhia, a Credora concederá um prêmio por adimplemento no percentual de 90% (noventa por cento) no valor de cada parcela.

A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento da Companhia, com redução dos custos financeiros e de forma compatível com o fluxo de caixa.

A estimativa de reversão de encargos financeiros com o credor D&D Administradora de Bens Ltda, se cumpridas as condições conforme acordo, é em torno de R\$ 7 milhões ao ano.

Após o pagamento de 22 parcelas, houve o atraso no pagamento de 4 parcelas, e no mês de setembro de 2024 foi assinado um aditivo ao acordo firmado em agosto de 2017, alterando as condições de pagamento e correção. Os pagamentos retornaram a partir de abril de 2025 e o valor de cada parcela está sendo corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) + 5,23%a.a. As demais condições do acordo permanecem inalteradas.

O valor da dívida em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 159.057mil e integralmente reconhecido no Passivo Não Circulante (Ver nota 33).

32. EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

- a) Em março de 2024, houve a prescrição de valores de adicional de Senai, no valor R\$ 277.
- b) Em abril de 2024 a Companhia aderiu ao programa de Autorregularização da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 14.740/23. O efeito total no Patrimônio Líquido foi de R\$ 21.371, sendo R\$ 9.656 no resultado do 2º trimestre, referente ao desconto obtido da operação e R\$ 11.715 de resultados abrangentes na conta de Prejuízos Acumulados, relativo aos valores compensados com o prejuízo fiscal.
- c) Em dezembro de 2024 houve a consolidação do programa, e parte do valor do FAP não foi homologado. O valor de R\$ 188 foi revertido. Os valores não consolidados foram parcelados em parcelamento ordinário.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2025, a Companhia implementou e/ou formalizou medidas relevantes no âmbito financeiro, operacional e comercial, conforme descrito a seguir:

a) ACORDO COM CREDOR D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (notas 1 e 31)

Em 20/01/2026 foi realizado novo aditivo ao contrato de renegociação do saldo da dívida de Companhia com a D&D Administradora de Bens Ltda (“Credora”) suspendendo o pagamento das parcelas, que serão retomadas em fevereiro de 2027. As demais condições do contrato foram mantidas, como correção pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) + 5,23%a.a. e prêmio por adimplemento no percentual de 90% (noventa por cento) no valor de cada parcela foram mantidas. O valor atual das parcelas mensais é de R\$ 715 mil.

Este novo acordo vinha sendo tratado desde dezembro/2025, e em função dele os efeitos na segregação da dívida em Circulante e Não Circulante já foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2025.

b) TRIBUTOS FEDERAIS (notas 1, 17 e 21)

Em março/2026 a Companhia contratou assessoria jurídica para realizar adesão à transação tributária federal, nos termos da Lei nº 13.988/2020. Na primeira etapa do trabalho, a Companhia reduzirá desembolsos mensais de aproximados R\$ 820 mil para R\$ 290 mil, com efeitos a partir de março de 2026. A estimativa de redução dos passivos com os descontos nos encargos e compensação com prejuízo fiscal é de R\$ 33 milhões.

A segunda etapa acontecerá após a conclusão da discussão das contingências no CARF, para inclusão na transação dos débitos que eventualmente persistam, com redução nos encargos e compensações com Prejuízo Fiscal. O cálculo estimado é de que haverá redução de R\$ 89 milhões.

c) PARCERIA ESTRATÉGICA DE FORNECIMENTO

Após tratativas iniciadas em 2025, a Companhia firmou, em março de 2026, contrato estruturado de distribuição com parceiro comercial independente, com o objetivo de ampliar sua presença em regiões estratégicas e fortalecer os canais de comercialização. O modelo adotado contempla, em sua fase inicial, fornecimento de produtos em regime de consignação, com posterior evolução para operações de compra e venda direta, permitindo maior eficiência na introdução dos produtos no mercado e redução de riscos comerciais na fase inicial de expansão.

A parceria prevê a operação dedicada de ponto de venda para comercialização dos produtos da

Companhia, com atuação exclusiva, reforçando o posicionamento da marca e a capilaridade comercial. Adicionalmente, o contrato estabelece limites de exposição financeira previamente definidos, bem como garantias reais para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, mitigando riscos de crédito.

A iniciativa também contempla a comercialização de estoques de coleções passadas, contribuindo para a redução dos níveis de estoque, melhoria do ciclo financeiro e geração de receitas adicionais.

Essa iniciativa está alinhada à estratégia da Companhia de expansão comercial, diversificação de receitas e fortalecimento da presença em mercados relevantes, contribuindo para a formação de novas fontes de receita e para o aumento da previsibilidade do fluxo de caixa ao longo dos próximos exercícios.

34. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Resolução CVM 80/22, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Brusque/SC, 09 de março de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

JAIR PACHECO - Presidente

HUMBERTO CARVALHO DE SOUZA - Conselheiro

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3

CONSELHO FISCAL:

CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO

HÉLIO DA SILVA

MARCELLO JOAQUIM PACHECO

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Têxtil Renauxview S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o relatório da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa, do valor adicional, das mutações do patrimônio líquido e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sendo que nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia, tendo em conta ainda os esclarecimentos e o relatório da Steinbach & Auditores Associados, emitido em 26 de março de 2026 é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem encaminhadas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Brusque (SC), 26 de março de 2026.

CONSELHO FISCAL:

CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO
HÉLIO DA SILVA
MARCELLO JOAQUIM PACHECO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas de TÊXTIL
RENAUXVIEW S/A.
Brusque – SC – Brasil

Examinamos as demonstrações contábeis da TÊXTIL RENAUXVIEW S/A (“Companhia”), identificada como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras.

Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, sendo que, informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 398.269 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 342.030 mil em 31 de dezembro de 2024).

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros:

- Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente nas notas explicativas nº 01 – “Continuidade Operacional”, nº 19 – “Crédito Negociado ou em Discussão”, nº 31 – “Acordo com Credor D&D Administradora de Bens Ltda.” e nº 33 – “Eventos subsequentes”.

Nesse contexto, entendemos que as ações implementadas e em curso pela Administração são coerentes para continuidade das atividades operacionais da Companhia. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, também foram por nós auditadas, para as quais foi emitido o relatório do auditor independente em 13 de março de 2025, sem modificação de opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 26 de março de 2026.

STEINBACH & Auditores Associados
Auditores Independentes
CRC-SC nº 1127/O-9

Tarcísio Schwanz
Contador
CRC-SC nº 023.401/O-8